

2013

UM BASTA À VIOLÊNCIA EM ALAGOAS



Coordenação de Histórico de Debates

Seção de Análise de Discursos

UM BASTA À VIOLÊNCIA EM ALAGOAS¹

1. Contextualização

O aumento de casos de violência no Brasil tem gerado muita inquietação e insegurança na população. Na Região Nordeste, em especial o Estado de Alagoas, os índices são alarmantes. Segundo pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)² no final de 2013, Alagoas tem o maior índice de homicídios do País. A população está assustada, principalmente com o aumento vertiginoso do número de casos de latrocínios — roubo seguido de morte —, que subiu 159% entre 2011 e 2012.

A questão é complexa. A baixa escolaridade, o desemprego, o êxodo rural, o tráfico de drogas e o crescimento desordenado das cidades são alguns dos fatores que contribuem para a escalada da criminalidade no nosso País. Estudos indicam ainda que o aumento da renda está correlacionado ao aumento da violência. Os dados apontam que os Estados que receberam mais investimentos — e, consequentemente, registraram maior crescimento econômico e redução das desigualdades sociais — são exatamente aqueles que têm as maiores taxas de violência.

Enquanto pesquisadores, estudiosos, autoridades e a sociedade civil buscam soluções para o combate à criminalidade, como o aumento do efetivo policial e a alocação de mais recursos para a segurança pública, Parlamentares ocupam a tribuna da Câmara dos Deputados para demonstrar sua indignação e apelar aos órgãos competentes para que tomem providências

Banco de Discursos da Taquigrafia

www.camara.leg.br/bancodediscursos

analisedediscozo@camara.leg.br

Coordenação de Histórico de Debates, Anexo II, subsolo, Câmara dos Deputados

Brasil - Brasília-DF

¹ Análise realizada por Noélia Ribeiro e Daniela Bakker.

² Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>.



no sentido de prevenir a violência em seus Estados.

O Deputado João Caldas, do partido Solidariedade, de Alagoas, em discurso proferido durante o período de Breves Comunicações, em sessão realizada no dia 26 de fevereiro de 2014, demonstrou sua preocupação com a insegurança e o sofrimento da população do seu Estado e fez um apelo ao Governo Federal para que tome providências.

2. Metodologia

Vamos examinar, nesta análise, as ocorrências de **avaliatividade**, teoria desenvolvida por Martin e Rose³, que identifica os recursos linguísticos utilizados pelo orador para expressar seus sentimentos (**afeto**), julgar o caráter das pessoas (**julgamento**) e avaliar as coisas (**apreciação**), com o objetivo de convencer seus ouvintes, obter credibilidade e garantir a ação desejada.

Também utilizaremos o modelo teórico da **representação dos atores sociais** proposto por Van Leeuwen⁴, a fim de demonstrar os significados sociológicos e semânticos dessa representação e seu papel na sustentação dos argumentos do orador.

Em primeiro lugar, examinaremos a ocorrência de elementos de *avaliatividade* para mostrar o envolvimento emocional do orador com o tema. Em segundo lugar, abordaremos a forma como os *atores sociais* foram apresentados no desenvolvimento de seus argumentos.

O discurso na íntegra estará disponível no final desta análise.

3. Análise

3.1 Avaliatividade

Quanto à *avaliatividade*, notamos uma predominância de **julgamentos pessoais** (críticas) e **morais** (condenações). Esse recurso é bastante

³ MARTIN, J.R. & ROSE, D. *Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause*. London: Continuum, 2011.

⁴ LEEUWEN, Theo van. *Discourse and Practice. New tools for critical discourse analysis*. Oxford: University Press, 2008.



explorado pelo orador para sensibilizar o Governo Federal em relação à urgência do seu pleito:

(...) a Assembleia Legislativa de Alagoas é uma verdadeira omissão.

Há uma Assembleia corrupta, uma Assembleia que está assaltando Alagoas. Nenhuma providência foi tomada ainda pelas autoridades. Não sai CPI. Não há fiscalização no Governo. (...) Não há comando.

O Ministro da Justiça não adianta. O Governo perdeu o comando, o Governo não tem mais força.

Perdeu-se o comando. Não existe Assembleia Legislativa, o Governo perdeu as forças, perdeu o time. O Governo agora está acabando. O Governo está se desmilinguindo. O Governador perdeu a capacidade de negociar, de dizer à opinião pública que está tomando conta do Estado.

(...) e que a bancada tome uma providência, para deixar de demagogia. Ficam falando e não tomam nenhuma providência. Tudo sem providência é demagogia, é crime de omissão e de prevaricação.

Também podemos observar algumas **apreciações** do orador sobre a criminalidade crescente e a dificuldade governamental de combatê-la:

Hoje ocorreu mais um crime bárbaro. Toda semana é assassinado um empresário, um comerciante, uma dona de casa, um profissional liberal, um estudante. Está uma verdadeira barbárie.



Há um silêncio sepulcral.

A bancada precisa pedir ao Governo Federal intervenção, que será uma premissa urgente.

E essa posição cabe a nós, Parlamentares, à bancada, neste instante, tomar uma providência enérgica, uma providência que tenha efeitos efetivamente conclusivos, que tenha uma ação enérgica.

(...) para mostrar ao Brasil que não aguentamos mais ver nossos irmãos, nossos filhos, nossos amigos tombarem no meio da rua a cada instante, assassinados banalmente, crimes fúteis. É um absurdo.

Ao expor suas avaliações, ele espera uma determinada reação, ou seja, que providências sejam tomadas para coibir a escalada da violência em Alagoas. Seus sentimentos (**afeto**), no entanto, são expressos de forma implícita:

(...) ninguém aguenta mais!

Alagoas chora.

(...) não aguentamos mais ver nossos irmãos, nossos filhos, nossos amigos tombarem no meio da rua a cada instante.

Outros aspectos relevantes de avaliatividade encontrados no texto são a **força** e o **foco**. O primeiro deles é realizado pelo uso de *intensificadores*, elementos que indicam a *intensidade* das avaliações do orador:



(...) todos nós sabemos como andam os índices de violência no Estado de Alagoas.

Toda semana é assassinado um empresário, um comerciante, uma dona de casa, um profissional liberal, um estudante.

É muito fácil ficar aqui falando, discursando e não tomar nenhuma providência.

Pedimos urgentemente uma providência!

O **foco**, por sua vez, pode suavizar ou enfatizar um enunciado. Nos dois exemplos seguintes, podemos ver como o foco é *ajustado* com o uso da palavra “verdadeira”:

Está uma verdadeira barbárie.

(...) a Assembleia Legislativa de Alagoas é uma verdadeira omissão.

Percebe-se, ainda, que o uso da **modalidade** — representada pelo verbo precisar — ressalta a *necessidade* e até mesmo a *obrigatoriedade* de uma ação:

É preciso uma intervenção federal em Alagoas. A Presidente Dilma precisa saber disso.

Nós temos o Presidente do Senado da República alagoano, o Senador Renan Calheiros, que precisa tomar providência. Toda a bancada federal de Alagoas, o Senador Fernando Collor, o Senador Benedito de Lira precisam tomar providências. É muito fácil ficar aqui falando, discursando e não tomar



nenhuma providência. A bancada precisa pedir ao Governo Federal intervenção, que será uma premissa urgente. Agora, é preciso que essa bancada se reúna.

Mas nós precisamos tomar uma posição política, Sr. Presidente.

3.2 Representação dos atores sociais

Em seus argumentos, o Deputado João Caldas usa tanto a *inclusão* como a *exclusão* dos atores sociais, colocando os participantes da ação ora em primeiro plano, ora em segundo plano, conforme seus interesses e objetivos.

Nos exemplos seguintes, podemos perceber a ocorrência de **exclusão por apagamento do agente da passiva**, uma vez que o orador faz uso da voz passiva sem mencionar o agente, enfatizando aquele que sofre a ação, as vítimas da violência crescente em Alagoas:

Toda semana é assassinado um empresário, um comerciante, uma dona de casa, um profissional liberal, um estudante.

Todos os dias se trucidam cidadãos nas vias públicas, na sua casa, no seu lar, no seu lugar de trabalho.

Nos momentos que o orador inclui os atores sociais, ele pode reunir temporariamente em um único grupo agentes distintos, com a intenção de fortalecer seu argumento. A este recurso denominamos **associação**:

Toda a bancada federal de Alagoas, o Senador Fernando Collor, o Senador Benedito de Lira precisam tomar providências.



Sr. Presidente, para concluir, as famílias enlutadas de Alagoas, a sociedade, as viúvas, os órfãos, os viúvos não aguentam mais ver tanto sangue, tanta violência em Alagoas.

(...) o crime de um jovem empresário dono do Maikai, de uma das maiores casas de festa de Alagoas, conhecido por todos nós, por toda a juventude, por todos os donos de bares, restaurantes e similares.

Os atores sociais também podem ser incluídos pelo processo de **coletivização**, por meio do qual o autor legitima seu pleito atribuindo a um grupo homogêneo a opinião de alguns:

Sr. Presidente, já houve pronunciamento nesta Casa hoje a esse respeito, e todos nós sabemos como andam os índices de violência no Estado de Alagoas.

Está uma verdadeira barbárie, ninguém aguenta mais!

Outra forma encontrada pelo orador para ratificar seu apelo foi agrupar os agentes por nomes de massa (**agregação**):

Que o povo de Alagoas se mobilize para dar um basta nisso e que a bancada que tem o Presidente do Congresso Nacional, que tem três Senadores e a bancada dos Deputados, vá ao Ministro da Justiça (...).

A sociedade não tem mais a quem apelar.

Na teoria de Van Leeuwen, o falante pode representar os atores sociais de forma geral (**generalização**) ou de forma específica (**especificação**). Vejamos como no exemplo abaixo o autor generaliza o Governo Estadual e, logo após, especifica aquele que foi vaiado e a vítima do crime:



O Governo perdeu o comando, o Governo não tem mais força. Hoje foi vaiado o Secretário de Segurança, que foi lá ver *in loco* o crime de um jovem empresário (...).

Destacamos aqui trechos em que o orador recorre à especificação por **categorização**, ou seja, identifica os atores pela categoria a que pertencem:

O Governador e o Secretário de Segurança é que são responsáveis diretos por isso (...).

Que a bancada vá ao Ministro da Justiça, vá à Presidente Dilma e tome uma providência.

Convoco, inclusive, toda a bancada federal. Nós temos o Presidente do Senado da República alagoano, o Senador Renan Calheiros, que precisa tomar providência.

No exemplo abaixo, os agentes são identificados por uma relação de parentesco (**identificação relacional**), através da qual o orador tenta se aproximar ou mesmo fazer parte daquele grupo que é vítima de violência:

(...) não aguentamos mais ver nossos irmãos, nossos filhos, nossos amigos tombarem no meio da rua a cada instante, assassinados banalmente, crimes fúteis.

Os agentes também podem ser representados de forma abstrata (*impersonalização*), como nos exemplos seguintes, em que são substituídos por uma referência ao lugar a que pertencem, por meio da utilização do recurso da **espacialização**:

Está na hora de Alagoas ir para a rua, parar Alagoas. Parar!



Alagoas chora a cada dia, a cada instante a morte de seus filhos por assassinato.

4. Considerações finais:

Após analisarmos o Discurso do Deputado João Caldas, observamos que os recursos de avaliatividade assim como a representação dos atores sociais presentes no texto dependem do posicionamento ideológico do orador e de seu poder de convencimento.

Tendo em vista a gravidade da situação e a urgência para a solução do problema do aumento da criminalidade no Estado de Alagoas, o Deputado João Caldas imprime em seu discurso forte carga emotiva ao repudiar a omissão dos Governos Estadual e Federal e clamar pela implementação de políticas eficazes de segurança pública.

Uma intervenção federal é uma medida extrema, que deve ser aprovada pelo Supremo Tribunal Federal e somente em casos específicos. A ameaça à ordem pública é uma dessas condições previstas pela legislação. Ao argumentar, por meio de suas escolhas linguísticas e estilísticas, que a ordem pública em Alagoas está gravemente comprometida, o orador pretende persuadir o STF e o Congresso Nacional a promoverem uma intervenção federal em seu Estado para por fim ao estado crítico a que chegou Alagoas.

5. Discurso:

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS (SDD-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já houve pronunciamento nesta Casa hoje a esse respeito, e todos nós sabemos como andam os índices de violência no Estado de Alagoas.

Eu queria chamar a atenção das bancadas do PT, do PSDB e do PMDB, porque a Assembleia Legislativa de Alagoas é uma verdadeira



omissão. Nós temos mais de 15 mil assassinatos em Alagoas. Hoje ocorreu mais um crime bárbaro. Toda semana é assassinado um empresário, um comerciante, uma dona de casa, um profissional liberal, um estudante. Está uma verdadeira barbárie, ninguém aguenta mais!

O Brasil Mais Seguro está lá, são vários helicópteros sobrevoando o Estado. Há uma Assembleia corrupta, uma Assembleia que está assaltando Alagoas. Nenhuma providência foi tomada ainda pelas autoridades. Não sai CPI. Não há fiscalização no Governo. Há um silêncio sepulcral. Pessoas estão morrendo no meio da rua. Não há comando.

A sociedade não tem mais a quem apelar. Fizemos apelo ao Ministro da Justiça e à Presidente Dilma para fazer uma intervenção federal em Alagoas. É preciso uma intervenção federal em Alagoas. A Presidente Dilma precisa saber disso. O Ministro da Justiça não adianta. O Governo perdeu o comando, o Governo não tem mais força. Hoje foi vaiado o Secretário de Segurança, que foi lá ver *in loco* o crime de um jovem empresário dono do Maikai, de uma das maiores casas de festa de Alagoas, conhecido por todos nós, por toda a juventude, por todos os donos de bares, restaurantes e similares. Há uma revolta a cada instante, a cada dia em Alagoas.

É preciso que morra alguma autoridade, é preciso que morra alguém para que o Governo Federal tome providências. Sr. Presidente Henrique Alves, nós estamos pedindo mais uma vez intervenção federal no aparelho policial de Alagoas. Perdeu-se o comando. Não existe Assembleia Legislativa, o Governo perdeu as forças, perdeu o time. O Governo agora está acabando. O Governo está se desmilinguindo. O Governador perdeu a capacidade de negociar, de dizer à opinião pública que está tomando conta do Estado.

Convoco, inclusive, toda a bancada federal. Nós temos o Presidente do Senado da República alagoano, o Senador Renan Calheiros, que precisa tomar providência. Toda a bancada federal de



Alagoas, o Senador Fernando Collor, o Senador Benedito de Lira precisam tomar providências. É muito fácil ficar aqui falando, discursando e não tomar nenhuma providência. A bancada precisa pedir ao Governo Federal intervenção, que será uma premissa urgente. Agora, é preciso que essa bancada se reúna.

Eu estou aqui provocando a bancada, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, o Senador Fernando Collor, o Senador Benedito de Lira, todos os membros da bancada de Alagoas para tomarem uma providência, porque não é possível que se assista de camarote, passivamente, a essa barbárie que está acontecendo em Alagoas. Todos os dias se trucidam cidadãos nas vias públicas, na sua casa, no seu lar, no seu lugar de trabalho. E nenhuma providência é tomada.

Repto e reitero o pedido de intervenção no aparelho policial, em Alagoas, e que a bancada tome uma providência, para deixar de demagogia. Ficam falando e não tomam nenhuma providência. Tudo sem providência é demagogia, é crime de omissão e de prevaricação.

Sr. Presidente, para concluir, as famílias enlutadas de Alagoas, a sociedade, as viúvas, os órfãos, os viúvos não aguentam mais ver tanto sangue, tanta violência em Alagoas.

Reitero o pedido para que a bancada se pronuncie e tome uma providência. Que a bancada vá ao Ministro da Justiça, vá à Presidente Dilma e tome uma providência. O resto é falácia. O resto é responsabilizar só uma pessoa. O Governador e o Secretário de Segurança é que são responsáveis diretos por isso, porque estão lá para fazer o serviço policial.

Mas nós precisamos tomar uma posição política, Sr. Presidente. E essa posição cabe a nós, Parlamentares, à bancada, neste instante, tomar uma providência enérgica, uma providência que tenha efeitos efetivamente conclusivos, que tenha uma ação enérgica, porque a sociedade não aguenta mais!



Está na hora de a sociedade alagoana parar: parar aeroportos, parar estradas, fazer uma greve geral. Está na hora de Alagoas ir para a rua, parar Alagoas. Parar! Todos os cidadãos alagoanos pararem Alagoas, de uma forma inteligente, ordeira e pacífica, parar, para mostrar ao Brasil que não aguentamos mais ver nossos irmãos, nossos filhos, nossos amigos tombarem no meio da rua a cada instante, assassinados banalmente, crimes fúteis. É um absurdo. Não tem como colocar, não tem como se falar mais. Precisamos de uma providência. E esta bancada tem que estar responsável e corresponsável por essa providência, Sr. Presidente. É lamentável.

Concluo, Sr. Presidente. Neste momento em que todos nós nos preparamos para o momento momesco, todos nós nos preparamos para o carnaval, para uma festa do Brasil, Alagoas chora. Alagoas chora a cada dia, a cada instante a morte de seus filhos por assassinato. São mais de 15 mil assassinatos. Não é possível! O número é maior do que em muitas guerras, é maior do que na guerra do Kuwait, é mais do que está se matando na Síria, e não há providência.

Pedimos urgentemente uma providência! Que o povo de Alagoas se mobilize para dar um basta nisso e que a bancada que tem o Presidente do Congresso Nacional, que tem três Senadores e a bancada dos Deputados, vá ao Ministro da Justiça e à Presidência da República pedir intervenção federal em Alagoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Referências

BRASIL. Porta da Câmara dos Deputados. Banco de Discursos – DETAQ.

MARTIN, J.R. & ROSE, D. *Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause*. London: Continuum, 2011.

LEEUWEN, Theo van. *Discourse and Practice. New tools for critical discourse analysis*. Oxford: University Press, 2008.

